

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS ANOS (2020- 2021)

Data de submissão: 22/11/2024

Data de aceite: 02/12/2024

Márcia Cristina Fragelli

Dra.

RESUMO: O presente trabalho estabelece uma reflexão sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior na realidade brasileira e sua relação com algumas evidências citadas por Bosi (2007). Constitui-se de um levantamento bibliográfico desta realidade diante das mudanças ocorridas no cenário mundial nos anos (2020- 2021), devido à crise sanitária desencadeada pela COVID-19. Como resultado, verificamos que o trabalho docente, assim como de outros profissionais, foi muito impactado neste período e que a precarização do trabalho destes profissionais no ensino superior apresenta uma configuração histórica sendo estabelecida num cenário de privatização dos meios de produção do seu trabalho e num ambiente marcado pela extrema competitividade e produtividade que colaboram para um contexto de adoecimento e o fortalecimento da Educação à Distância e do Ensino Remoto. O respectivo cenário é caracterizado por desafios, incertezas e adoecimento de profissionais, entre eles,

os docentes, revelando a desvalorização e despersonalização da identidade docente e onde ratifica-se o produtivismo acadêmico e a uberização e alienação do trabalho, diante de condições de vulnerabilidade que refletem em adoecimento dos profissionais que ficam lançados à própria sorte, impactando em outras consequências que poderão ser analisadas em curto, médio e longo prazo. Concluímos que a pandemia não é a responsável direta por todas essas questões, mas ela evidencia um terreno fértil para a financeirização da educação superior, ampliando a precarização, superexploração, a pauperização da formação com um viés utilitarista da mesma, atingindo de forma diferente os países de periferia e de centro do capitalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior; precarização do trabalho docente; produtivismo acadêmico

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende estabelecer uma reflexão sobre a precarização do trabalho docente no ensino superior na realidade brasileira e sua relação com algumas evidências,

dentre elas algumas citadas por Bosi (2007), tais como:

- (a) o crescimento da força de trabalho docente ocorrido, principalmente, no setor privado e em novas universidades estaduais, em que as condições de trabalho e de contrato existentes geralmente são precárias;
- (b) a mercantilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão nas IES públicas;
- (c) a adoção de critérios exclusivamente quantitativistas para a avaliação da produção do trabalho docente e suas consequências. (BOSI, 2007, p.1.503)

Apesar da análise de Bosi (2007) basear-se em dados sobre o assunto no período de 1980 a 2005, não podemos desconsiderar, nos dias atuais, que marcos como a crise de acumulação do capital ocorrida em âmbito internacional, por volta do início da década de 1970 e que, segundo Francisco de Oliveira, “a partir de 1964, a legislação trabalhista foi reconfigurada com o objetivo de permitir a realização da exploração sobre o trabalho com base na combinação de formas “pré-capitalistas” de certos setores da economia” (OLIVEIRA apud BOSI, 2007, p. 1506) e que é neste cenário que emerge a precarização, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho e que a constituição deste cenário, consolida-se diante de inúmeros contextos, dentre eles:

- 1964 - Crescimento da educação superior - principalmente da pós-graduação e onde a Educação é vista como “Setor de serviço não exclusivo do Estado”;
- Até 1980 – Universidades públicas e privadas - equilíbrio de oferta: 50% cada;
- Década de 1990 - Mudança para 70% das universidades de natureza privada e 30% de universidades públicas;
- 2004 - Atinge a proporção de 80% de universidades privadas e 20% de públicas;
- 2004 - Apenas 16,9% dos docentes universitários trabalham em regime de dedicação exclusiva e observa-se muitos alunos de pós-graduação, como professores substitutos.

A Legislação educacional menciona em sua redação a exigência legal de ter pelo menos um terço do corpo docente em regime de tempo integral, no entanto, o que configura-se nas instituições particulares do Brasil é uma realidade debruçada em 70% de seus docentes sendo contratados em regime de denominação: docentes horistas e também apoiado na flexibilização dos contratos de trabalho, e onde observa-se muitas mudanças na rotina das atividades de ensino, pesquisa e extensão desde, pelo menos, o governo Collor de Melo, caracterizando o aumento do trabalho docente em extensão e intensidade. Outros aspectos também apresentados por Bosi são:

(...) o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade das publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. (Chauí, 1999, p. 3); pressão

por 40 horas de jornada onde os docentes devem ser mais produtivos e também o direcionamento empresarial da ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, presente nos editais dos órgãos de fomento à produção científica. (BOSI, 2007, p. 1.513)

Diante deste cenário, cada vez mais privatizados, os meios de produção do trabalho docente (e do conhecimento), resta aos professores desenvolverem suas próprias condições de trabalho, combinando “competição”, “empreendedorismo” e “voluntarismo”. (BOSI, 2007, p. 1.514)

Nesse contexto, é notório a proliferação de cursos *lato sensu* e, onde o trabalho docente, concebido como extensão universitária é mercantilizado e a “cultura do desempenho” é percebida nos ensinos fundamental e médio, inclusive, segundo Santos (2004) citado por Bosi (2007).

O ambiente que temos é marcado pela extrema competitividade, evidenciando que os artigos científicos são valorizados de acordo com o periódico onde são veiculados e onde o docente é “valorizado” pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, pela “bolsa produtividade em pesquisa” que consegue por méritos próprios.

Nesse cenário tão hostil verifica-se a necessidade de lutar para superar as dificuldades mais salientes nesse processo de alienação do trabalho e, apesar da análise de Bosi (2007), estruturar suas reflexões no período de 1980 a 2005, verificaremos na sequência que muitos dos dilemas acima apresentados, continuam presentes em nossa realidade nos dias atuais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa aqui constituída, partiu de algumas considerações preliminares alicerçadas na intencionalidade de realização de um levantamento bibliográfico desta realidade nos últimos 10 anos na realidade educacional brasileira, onde foi selecionado como fonte de pesquisa o Google Acadêmico, para o período dos últimos 10 anos (2011-2021) e onde foi utilizado como palavras-chave: Precarização do trabalho docente no ensino superior; Instituições de ensino Superior no Brasil; Reconfiguração do trabalho docente no ensino superior, obtendo-se nesta primeira filtragem aproximadamente 16.500 resultados.

Tendo em vista a enorme quantidade de resultados e também levando-se em consideração as mudanças ocorridas no cenário mundial nos anos (2020- 2021), devido à crise sanitária estabelecida diante da pandemia desencadeada pela COVID-19 e mais especificamente no contexto educacional brasileiro, legalizado pela Portaria 343 do Ministério da Educação (MEC), publicada em março de 2020 que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais pelas remotas no ensino superior enquanto durar a pandemia, podendo as instituições de ensino definirem quais disciplinas podem ser substituídas. (BRASIL, 2020), verifica-se também mudanças nos métodos de ensino, que passaram a ocorrer por meio de plataformas de aulas remotas e mediadas por tecnologias de informação e

comunicação em cursos que estão em andamento. Esta medida foi publicada na edição de 18 de março de 2020, do Diário Oficial da União (DOU). A autorização era válida por 30 dias e tinha a possibilidade de prorrogação dependendo da orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distritais. (BRASIL, 2020)

Observa-se também a flexibilização temporária da educação foi uma das primeiras ações tomadas pelo Comitê Operativo de Emergência do MEC no intuito de minimizar os efeitos do coronavírus no ambiente escolar e diante desse cenário instituído, realizou-se um novo recorte temporal (2020- 2021) para o objeto de análise dessa pesquisa, cuja filtragem de material do Google Acadêmico, levou em consideração as seguintes palavras chave: Precarização do trabalho docente; Educação à distância; Ensino Remoto; Ensino Híbrido; Adoecimento; e Pandemia COVID-19.

Nesta nova filtragem observa-se 941 resultados, onde selecionamos dois que enfatizam os seguintes aspectos:

- Mudanças no trabalho docente: principais dilemas;
- Precarização das condições de trabalho relacionadas à mudança de formato (alternância do ensino presencial para a Educação a Distância e Ensino Remoto Emergencial).
- Precarização do trabalho docente e adoecimento (físico, psíquico e mental) diante das mudanças evocadas no contexto da pandemia COVID-19

Os artigos selecionados foram:

Texto 1: *Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo* (2020) de Fernanda Rodrigues Pontes e Márcia Helena Sauer Guimarães Rostas.

Texto 2: *Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: as oportunidades do lucrativo mercado educacional* (2021) de Luciane da Silva Nascimento e Andreia Gomes da Cruz.

ANALISE DOS TEXTOS

No primeiro texto, Pontes e Rostas fomentam uma discussão referente ao processo de precarização do trabalho docente do ensino superior e o adoecimento destes profissionais, relacionando este processo com a pandemia da COVID-19.

Na introdução, as autoras salientam que no cenário de incertezas causados pela pandemia do COVID 19, onde além do distanciamento social e do grande número de mortes (hoje na casa de 500 mil óbitos), o trabalho docente teve que, num curto espaço de tempo, reinventar formatos de interação para o processo ensino aprendizagem (remoto, híbrido, misto), conviver com sobrecarga e inúmeras cobranças para o cumprimento de suas atividades de trabalho e aprender a conviver com essa sobrecarga emocional, onde observa-se, segundo as autoras, um cenário de

[...] ansiedade generalizada, depressão, pânico e distúrbios de somatização [...]” (BARROS, 2019, p. 81), contribuindo para a precarização do trabalho docente. Estes “novos” padrões laborais têm provocado instabilidade emocional e psicológica com efeitos psicossomáticos no organismo, atingindo diretamente o professor, que apesar do trabalho essencialmente intelectual sobrecarrega-se ao limite.” (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 279).

O cenário de instabilidade frente aos desafios do contexto pandêmico da COVID 19, o risco de contaminação e adoecimento atrelado às instabilidades no emprego, necessidade de conhecimento para utilização de ferramentas tecnológicas, pressão por produtividade atrelado ao aumento de tempo de preparo das aulas, contribuem para que esse trabalho se torne cada vez mais estressante, deixando esses profissionais propensos a desenvolverem doenças múltiplas, num contexto de desvalorização da autoestima e despersonalização da identidade docente.

Os procedimentos metodológicos utilizados na referida pesquisa pautaram-se no levantamento quantitativo e na análise qualitativa de um corpus empírico oriundo do mapeamento de pesquisas publicados na área de Educação nos últimos dez anos (2009-2019) e, através de um recorte investigativo relacionando os fatores do adoecimento e a precarização do trabalho docente, relacionados a pandemia causada pela COVID 19, com o intuito de “iniciar uma importante, mas necessária, reflexão acerca dos perigos do processo de precarização do trabalho e o consequente adoecimento do docente.” (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 281). As autoras afirmam ainda que “Além de colaborar, com docentes, para o acesso a informação e percepção do próprio adoecimento, gerando buscas por melhorias com relação à saúde psíquica, a aprendizagem e o desenvolvimento laboral.” (p. 281).

Além disso, segundo Pontes e Rostas, no contexto pandêmico e atrelado a mudança de formato de constituição do trabalho, observa-se que o trabalhador amplia sua jornada de trabalho e diminui suas horas de sono, lazer e descanso, priorizando a necessidade de manter padrões de produtividade e tudo acontecendo num cenário muitas vezes de confinamento doméstico, onde geralmente estes espaços não estão preparados para esse tipo de atividade e onde as atividades são desenvolvidas sobrepostas a outras, como cuidar dos filhos que também não estão frequentando os espaços escolares, cuidar das atividades de casa, lidar com a falta de espaço e de aparatos tecnológicos que garantam o padrão de qualidade exigido pelo mundo do trabalho, além do convívio, muitas vezes, com pessoas que adoeceram e de outras situações que demandam tempo, dedicação e ações desse profissional que encontra-se dividindo seu lar com o seu espaço de trabalho, fato este que pode levar esse trabalhador a um processo de adoecimento.

Esse momento de isolamento social exige maior reflexão, compreensão dos próprios limites, adaptação a novas rotinas que se mostram instáveis, ao misturar trabalho, casa, família, filhos, pesquisa, aulas, estudo pessoal. A busca por uma nova normalidade é disparadora de processos de precarização e adoecimento. (PONTES; ROSTAS, 2020, p. 284)

Salienta-se, no entanto, que a COVID-19 não trouxe a precarização e o adoecimento do trabalhador, mas que com certeza, tornou-o mais evidente.

Segundo Pontes e Rostas algumas análises realizadas pela pesquisa diante da metodologia AC – BARDIN, a partir de duas categorias analíticas emergentes: Categoria 1 (C1) - trabalho docente x precarização; e Categoria 2 (C2) – adoecimento e onde foi proposto um recorte comparativo entre duas pesquisas estudadas associando-as a COVID-19, revelam que a pandemia ainda está em curso e evolução e neste cenário o fazer docente apresenta configurações de um ensino pautado numa configuração remota, híbrida e ou mista. Desde 2019, inúmeras mudanças políticas, econômicas e sociais vem ocorrendo e visando o cerceamento da fala docente e entre elas podemos citar: projeto de lei “Escola sem partido”, as transformações no ministério da educação (MEC), modificações nos padrões do ensino superior e a implementação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e diante destas questões complexas emerge o contexto pandêmico de uma crise sanitária que demanda isolamento e mudanças no contextos das relações, denominado de COVID-19.

Como forma de complementar a pesquisa, as autoras analisaram dois artigos, sendo o primeiro o artigo intitulado *Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico* (2017) de Janete Luzia Leite, publicado na Revista *Katál* de Florianópolis/SC. Neste artigo é evidenciado que as transformações na estrutura do Ensino Superior, enfatizam a ação estatal transformando serviços sociais em mercadorias e que as reformas educacionais implantadas abarrotam os currículos e as pedagogias de ensino, sobrecarregando os trabalhadores da educação, deixando-os propícios ao adoecimento e fatores de precarização, principalmente a partir do Programa de Apoio a Planos e Reestruturação e Expansão de Universidades Federais (REUNI), pois o projeto governamental que propôs o REUNI, visava otimizar os gastos e ampliar as vagas para o ensino superior, sem salientar e elucidar as necessidades de pessoal qualificado.

O aumento significativo da demanda do trabalho docente, relacionado inclusive a produção de pesquisa e acompanhamento dos alunos, no contexto pandêmico da COVID -19, são agravadas pois demanda-lhes uma maior necessidade em acompanhamento dos mesmos, diante inclusive da redução de bolsas de alunos que antes realizavam algumas atividades, pois

estudantes de iniciação científica que auxiliam na coleta e sistematização de material empírico, tanto para a elaboração de recursos pedagógicos, bem como para o desenvolvimento de pesquisa, corrobora para a diminuição da qualidade do trabalho em sala de aula e consequentemente, sua precarização, visto que, se exige do professor alta produtividade e valorização do currículo pessoal, que se encontra atrelado a nota avaliativa do curso, determinada pelo Ministério da Educação e Cultura. (LEITE, 2017 apud PONTES; ROSTAS, 2020, p. 288).

Essa “reestruturação produtiva” notabiliza um adoecimento de forma paulatina e quase imperceptível, provocando rupturas com o plano da saúde física e mental e

evidenciando quadros de depressão, ansiedade, apatia, problemas de concentração entre inúmeras outras doenças de ordem física, mental e emocional e também o aparecimento do que Leite (2017) denomina de uma tríade entre precarização do trabalho e adoecimento, denominada por especialistas por *Síndrome de Burnout*, caracterizada por: esgotamento emocional, falta de realização profissional e despersonalização (insensibilidade e endurecimento afetivo).

O segundo artigo analisado por Pontes e Rostas foi o das autoras Amanda da Silva Dias Oliveira, Maristela de Souza Pereira e Luana Mundim de Lima, intitulado *Trabalho, produtividade e adoecimento dos docentes nas Universidades Públicas Brasileiras*, publicado na Revista *Psicologia Escolar e Educacional* no ano de 2017. Neste artigo é descrito questões relativas a precarização do trabalho docente e de como o mesmo faz parte da vida das pessoas.

As autoras enfatizam que o trabalho do professor universitário segue as mesmas regras de produção e reprodução do sistema [capitalista] e que, portanto, é necessário compreendê-lo diante da implementação de políticas neoliberais e, onde a pandemia funciona como um acelerador de mudanças, tais como: cenários com menos professores e mais alunos, com aulas on-line, valorização do *homeschooling*, diminuição de campus acadêmicos e ensino voltado à autonomia do estudante e ao individualismo. Assim, a transferência das atividades docentes para os respectivos lares desses profissionais gera uma sobrecarga não apenas de atividades, mas também com impacto direto na rotina de cada um que transforma sua casa em seu espaço de trabalho.

As autoras do segundo artigo, citando Antunes (2018), salientam que muitos trabalhadores que utilizam as tecnologias como forma de otimizar o trabalho, reduzir custos e, conseqüentemente, ampliar lucros, estão vivenciando a *uberização* do trabalho e o docente ao ter sua atividade uberizada, em tempos de pandemia e isolamento social, torna-se proprietário dos meios de produção (equipamentos e insumos) arcando com seus custos, desonerando seus empregadores, além de se tornar responsável pela criação de uma outra forma de educação e muitas vezes sem a formação adequada para o uso das TIC são responsabilizados pelos resultados, colaborando-se ainda mais para o seu processo de adoecimento e que é preciso refletir sobre a necessidade da universidade romper com o fluxo laboral de produção e reprodução, inspirado no sistema capitalista, a fim de superar o trabalho alienado.

No ensino superior, os docentes antes mesmo do contexto pandêmico já eram pressionados a uma intensa produção, principalmente relacionada a quantidade (aulas, orientações, artigos científicos, eventos e projetos de extensão) e que com a pandemia e, mais especificamente, diante da Portaria nº 544 (BRASIL, 2020) que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - COVID-19, em seu artigo 1 autoriza “[...] em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em cursos regularmente

autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação ou outros meios convencionais [...]”, evidencia ainda mais a alienação do seu trabalho e, muitas vezes, a realização de forma mecânica e reprodutora torna-se alienante, configurando-se em exploração da força de trabalho. Desta forma, é preciso pensar o ensino remoto para não compor um processo focado apenas na execução de tarefas e prazos, desvalorizando a aprendizagem.

Diante de tantas mudanças e incertezas, observa-se que esse profissional se encontra numa condição de vulnerabilidade que pode refletir em adoecimento psíquico e emocional; adoecimento do corpo e adoecimento psicossomático, elementos que compõem a complexidade do ser e que, conseqüentemente, implicam na perda considerável na produtividade do trabalhador.

Em suas considerações finais, Pontes e Rostas salientam que a educação foi uma das áreas impactadas pela pandemia COVID 19 e que a transposição do ensino presencial para o remoto envolve inúmeros fatores e desdobramentos e que impactos na saúde mental são inevitáveis, tendo em vista a ampliação da jornada de trabalho docente e a necessidade de garantia de sua produtividade, mesmo diante de um cenário de incertezas.

Já no segundo texto, o das autoras Luciane da Silva Nascimento e Andreia Gomes da Cruz, o objetivo central foi o de analisar a expansão da Educação a Distância nos cursos de graduação, especificamente licenciaturas, acentuados no contexto da pandemia ocasionada pela COVID-19.

Na introdução as autoras salientam que nos últimos trinta anos, o Brasil vivencia o aumento de reformas estruturais nos aparelhos de Estado e, sendo as mesmas conduzidas pelo ideário neoliberal, a Educação está subordinada a economia capitalista e às exigências do mundo do trabalho.

Com a pandemia, causada pela COVID-19, as economias globais foram abaladas e, na esfera educacional, vimos avançar o ensino remoto viabilizado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) e, onde no cenário nacional esse tipo de ensino evidenciou ainda mais as desigualdades existentes, conforme mencionado pelas autoras, citando uma série de reportagens do Jornal *O Globo* (2020), apresentando que em 60% dos estados que monitoram o ensino remoto, observam que o mesmo não tem funcionado e que colaboram ainda mais para esse *apartheid* educacional dos estudantes. Neste cenário complexo e de desigualdades, verifica-se o crescimento de propostas educacionais que seguem a tendência de massificação da EAD e do ensino híbrido, fato este que já existia antes mesmo da pandemia, mas que encontrou um terreno muito fértil na mesma.

Nesta realidade é possível observar-se o redirecionamento da formação de docentes, seguindo a lógica utilitarista de formação de baixo custo para a docência e sem autonomia pedagógica. Assim, o ano de 2020 traz à tona o processo de financeirização da educação superior, ampliando a precarização e superexploração do trabalho docente e conseqüente pauperização da formação humana, com um viés utilitarista de educação.

Nas notas teórico- metodológicas, Nascimento e Cruz contextualizam que a educação superior tem assumido um viés de serviço com características privadas e mercantis, legitimadas por políticas educacionais com a Educação à Distância (EAD), enquanto modalidade de ensino e o Ensino Remoto Emergencial (ERE). As autoras ressaltam também que apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394, em seu artigo 80, inserir a EAD, no sistema educacional, o artigo 1º do Decreto nº 9.057/2017 enfatiza algumas exigências para a mesma, destacando-se:

[...] a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017 apud NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 261).

No cenário configurado pela pandemia, causada pela COVID-19, vemos o crescente aumento das atividades baseadas no Ensino Remoto Emergencial (ERE), tanto na educação básica, como no ensino superior e legitimado pela a Portaria nº 343/2020 que é a legislação que regula de forma provisória a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. Especificamente em relação ao ensino superior a autonomia universitária, permite que cada universidade estabeleça sua compreensão sobre o que seria o ensino remoto, conforme a seguir:

Parágrafo único: Define-se como ensino remoto emergencial uma alteração temporária da forma de oferta de aulas devido a circunstâncias de crise. Essa modalidade envolve o uso de soluções remotas para processos educativos que, em condições normais, seriam oferecidos de forma presencial e que retornarão à modalidade presencial assim que a crise for superada. O dimensionamento das turmas deve manter os mesmos padrões do ensino presencial e a interação direta professor-aluno necessária para assegurar a qualidade do processo de aprendizagem deve ser assegurada pelos meios de comunicação considerados mais adequados pelo docente e pelo colegiado do programa em cada caso. (UFRRJ - Deliberação nº 40 de 09 de julho de 2020). (NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 261).

A Educação a Distância (EAD) e o Ensino Remoto Emergencial (ERE) apresentam inúmeras diferenças e dentre elas podemos evidenciar: A EAD é uma modalidade de ensino legitimada pela Lei 9.394 e o ERE é algo que somente pode ser estabelecido diante de um contexto emergencial e por um tempo específico, a EAD apresenta uma estrutura e plataformas específicas desde a criação, elaboração e desenvolvimento das disciplinas e de suporte aos docentes e alunos e o ERE utiliza diferentes plataformas e também não assegura que todos terão igualdade de acesso frente às mesmas, ficando ao encargo de docentes e alunos o estabelecimento de combinados para o estabelecimento do processo de ensino aprendizagem, revelando ainda mais um cenário de inúmeras desigualdades, para a utilização da EAD os usuários e docentes contam com uma formação referentes à interação com a plataforma específica e no caso do ensino remoto não somente não

acontece esse treinamento, como muitas vezes a própria interação alunos, docentes e objetos de estudo ficam lançados a própria sorte ou nas mãos de quem detém o monopólio das grandes plataformas de interação.

Torna-se salutar que não basta apenas a transposição das disciplinas universitárias para o contexto remoto, é necessário a mobilização de toda a estrutura acadêmica, pedagógica e tecnológica para a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

No atual cenário, os cursos na modalidade EAD são extremamente rentáveis e possibilitam a renovação do capital humano, através do teletrabalho e onde o movimento de utilitarismo acaba por adequar a escola a utilidade da atividade econômica. A reformulação curricular, baseada no modelo de Competências e da objetivação da profissionalização dos professores legitimam o utilitarismo educacional. Nascimento e Cruz também trazem à tona o conceito de capitalismo dependente, apresentado por Florestam Fernandes (2009), onde é enfatizado que

O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. [...] promove a modernização limitada ou segmentada em todos os níveis da organização da economia, da sociedade e da cultura, ou seja, o subdesenvolvimento paralelo em todas as esferas da vida (FERNANDES, 1975 apud NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 264)

Na universidade brasileira isso não acontece de forma diferente, pois o ensino superior não garante o acesso e permanência de todos, mesmo com o processo de crescimento observado no período de 1930 a 1960.

Os anos de 1990 são marcados por inúmeras reformas implantadas pelo governo brasileiro em concordância com diretrizes neoliberais e, onde observa-se o aumento de matrículas, o crescimento de instituições de educação superior e a necessidade de as universidades assumirem um novo papel. Tais reformulações

se intensificam no governo de Luís Inácio Lula da Silva, em virtude [...] de um "processo mais amplo de reordenamento do Estado capitalista, considerado como uma das principais estratégias da burguesia internacional para o enfrentamento da crise estrutural do capital" (LIMA, s/a, p. 9). Nesse sentido, uma série de iniciativas entra em curso, como: Programa Universidade para Todos/PROUNI (Lei nº 11.096/05); o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior/SINAES (Lei nº 10.861/04); o Decreto nº 5.205/04, que regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de apoio, viabilizando, a partir da proposta de um Anteprojeto de Lei da Educação Superior, à captação de recursos privados para financiar as atividades do ensino público. (FERNANDES, 1975 in: NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 265).

A educação superior segue a lógica de dependência econômica e do neocolonialismo educacional e que durante a pandemia não apenas afetou o setor privado, mas também o público, por meio das atividades remotas emergenciais e com a intensificação da jornada de trabalho e superexploração da sociedade do trabalho uberizado e com leis trabalhistas flexíveis, sendo que o aumento da jornada de trabalho, a reversão da força de trabalho do

ensino presencial para a modalidade a distância e o acúmulo de funções, diante dos mesmos salários, revelam a superexploração dos mesmos revestidas em discursos sedutores de um tempo flexível e organizado pelo próprio trabalhador, diante de sua pseudo autonomia, revelando ainda mais o caráter utilitarista da educação em nosso país e no contexto do capitalismo dependente no cenário da pandemia da COVID-19.

O isolamento social ressignificou as relações de trabalho, com alternância do trabalho presencial para o remoto e onde observa-se no contexto educacional que 80% dos estudantes estão sem frequentar a escola, conforme levantamento realizado pelas autoras.

Na realidade brasileira as aulas presenciais foram suspensas desde a educação básica até a educação superior e, mais especificamente em relação às universidades, a Portaria Nº 343/2020 orientou a substituição das aulas presenciais por aulas remotas.

Revela-se que no caso das empresas que atuam no segmento educacional, o isolamento social, propiciou lucros e inclusive a ampliação das ofertas de cursos à distância, onde evidencia-se a democratização de acesso, baixos custos e geralmente com baixa qualidade e onde grupos como “Anhanguera Educacional, Kroton Educacional, Estácio de Sá, Sociedade Educacional Brasileira (SEB) e Colégio Oswaldo Cruz passam a operacionalizar seus ativos na Bolsa de Valores e, com isso, passam a ser “capitaneados por fundos de investimentos, que vieram a ter controle de suas administrações, criando grandes firmas educacionais rentistas e oligopolistas.” (LIMA et al, 2019 apud NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 269).

Com o avanço da pandemia observa-se a intensificação e precarização do trabalho docente mediado pelas tecnologias da informação, gerando sobrecarga de trabalho, novas exigências de prática pedagógica e tudo isso estabelecido diante da ausência de legislação e fiscalização trabalhista para a Educação a Distância.

Outra problemática nesse contexto é a divisão do trabalho, onde encontramos na EAD os seguintes profissionais: professores, tutores presenciais e on-line, professores conteudistas e diante dessas novas nomenclaturas consequentemente teremos novas atribuições para cada função que impactam nas respectivas remunerações e autonomia.

No contexto pandêmico, segundo Nascimento e Cruz (2021, p. 271) observa-se um cenário de “mercantilização da educação brasileira, revelando a concentração de matrículas na IES privadas – 6.373.274 milhões de matrículas (75,4%) –, enquanto a rede pública participou com 2.077.481 milhões (24,6%)”. Já em relação a Educação à distância quando se analisou o período entre 2008-2018, o censo revelou o seguinte:

“as matrículas de cursos de graduação a distância aumentaram 182,5%, enquanto na modalidade presencial o crescimento foi apenas de 25,9% nesse mesmo período.” (BRASIL, 2019, p. 22). Na prática, isso significa que hoje temos mais alunos matriculados em licenciaturas nos cursos à distância (50,2%), do que nos cursos presenciais (49,8%). (NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 271).

No que se refere às matrículas de alunos em cursos de licenciatura, Nascimento e Cruz afirmam que:

62,4% estão nas IES privadas, enquanto a rede pública registra 37,6% (BRASIL, 2018). Os dados são bastante reveladores e evidenciam que a “formação” do professor hoje no Brasil está nas mãos das IES privadas e particulares, sobretudo na modalidade EAD. (NASCIMENTO; CRUZ, 2021, p. 272).

Diante de uma breve conclusão, as autoras enfatizam que a pandemia ampliou o fosso de oportunidades existentes entre ricos e pobres, mas que também ampliou as oportunidades para os investidores empreendedores que dominam o uso de novas tecnologias. Observa-se também a ampliação da Educação a Distância, principalmente nas instituições superiores e particulares e um processo cada vez mais acirrado de mercantilização/financeirização e empresariamento no conjunto da educação pública, atingindo novos patamares.

UMA BREVE CONCLUSÃO E CONTRIBUIÇÕES:

O trabalho docente, assim como de outros profissionais, foi muito impactado no período de (2020- 2021) devido à crise sanitária que vivenciamos devido a pandemia causada pela COVID-19.

Observa-se a precarização do trabalho destes profissionais no ensino superior diante, no entanto, de sua configuração histórica e num cenário onde cada vez mais a privatização dos meios de produção do seu trabalho e num ambiente marcado pela extrema competitividade e produtividade.

A pesquisa baseou-se num levantamento bibliográfico de dois artigos que evidenciam essa precarização, adoecimento e o fortalecimento da Educação à Distância e do Ensino Remoto no contexto estabelecido diante da referida pandemia e crise sanitária.

O cenário analisado é caracterizado por inúmeros desafios, incertezas e adoecimento de profissionais, entre eles, os docentes, revelando a desvalorização e despersonalização da identidade docente e onde o trabalhador, visando manter a produtividade, diminui suas horas de sono, descanso, lazer e seu lar assume além de todas as complexas relações já demandadas, as responsabilidades de ser também o espaço adaptado por tempo indeterminado para o trabalho desse profissional.

O produtivismo acadêmico continua no centro das relações, porém hoje, diante da mediação de plataformas digitais, onde são estabelecidas atividades denominadas de Educação a Distância, Ensino Remoto Emergencial, Ensino Híbrido e Misto, contudo, apesar da alternância do trabalho presencial para um mundo virtual, os profissionais assumiram tais desafios, sem no entanto, terem tempo e condições para uma formação continuada, inclusive diante das novas plataformas que viessem assegurar para além de uma realidade pautada no desenvolvimento e entrega de tarefas e que realmente revelem

a preocupação do processo de ensino e aprendizagem , diante de princípios de igualdade e equidade de oportunidades.

A uberização e alienação do trabalho docente, diante de condições de vulnerabilidade podem refletir em adoecimento dos profissionais que ficam na maioria das vezes lançados à mercê da própria sorte, impactando diretamente em outras consequências que poderão ser analisadas em curto, médio e longo prazo.

A pandemia não é a responsável direta por todas essas questões, mas a mesma evidencia um terreno fértil para a financeirização da educação superior, ampliando a precarização, superexploração, a pauperização da formação com um viés utilitarista da mesma, atingindo de forma diferente os países de periferia e de centro do capitalismo.

REFERÊNCIAS

BOSI, A. P. **A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior no Brasil nesses últimos 25 anos.** Educação e Sociedade, v.28, n.101, p. 1503-1523, Campinas, set./dez. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101.pdf>>. Acesso em: 15/06/2021

NASCIMENTO, Luciane da Silva; CRUZ, Andreia Gomes da. Educação em tempos de pandemia e o fortalecimento da educação a distância no ensino superior: as oportunidades do lucrativo mercado educacional. In: **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v.13, n.1, p. 258-276, abr. 2021. Disponível em: < <http://periodicosnovo.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1923/1597>>. Acesso em: 15/06/2021

PONTES, F. R., & ROSTAS, M. H. S. G. (2020). Precarização do trabalho do docente e adoecimento: COVID-19 e as transformações no mundo do trabalho, um recorte investigativo. **Revista Thema**, 18(ESPECIAL), 278-300. Disponível em: < <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/43565/24613>>. Acesso em: 15/06/2021